

# 35º Encontro Anual da Anpocs

## **GT15 - Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia**

Deslocamentos geográficos, experiências subjetivas : brasileiras no exílio.<sup>1</sup>

Maria Lygia Quartim de Moraes<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Este texto apresenta resultados da pesquisa sobre o tema dos exílios e “desexílios” que realizo com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisas- CNPq.

<sup>2</sup> Professora Titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP e Pesquisadora do Núcleo de Estudo de Gênero – Pagu da UNICAMP. E-mail: maria\_quartim@uol.com.br

## Apresentação

A transgressão é o ato de ir além de um limite, de ultrapassar um ponto determinado. Não se trata propriamente de oposição, mas de superação. Partindo da hipótese de que o feminismo exprime o mal estar das mulheres com respeito às relações de gênero e aos limites sociais impostos pelo machismo e pelo patriarcalismo, não há como negar que ao longo da história da humanidade tivemos vários tipos de feminismo. Todos os feminismos têm, no entanto, um ponto em comum: ele é sempre transgressor.

Este texto retrata um período histórico rico em transgressões, cujo ponto de inflexão são as revoltas de 1968 e tudo o que trouxeram de novo para a contemporaneidade. E, desse período, um acontecimento em especial marcou o século XX : a emergência das mulheres como sujeitos de sua própria história.

Começamos por reconhecer os limites e as implicações desta periodização histórica. Não penso esse período como “um onipresente e hegemônico modo de pensar ou agir”, e sim como o compartilhar de uma mesma situação objetiva, que possibilitou uma série de variadas e criativas inovações, mas sempre no interior dos limites estruturais dessa situação”,<sup>3</sup> como formula Frederic Jameson. E qual seria a situação objetiva dos anos 60? Segundo o estudo de Jameson, uma importante influência político-ideológica foi exercida pelo “emergir do Terceiro Mundo” como resultado das lutas de libertação nacional na África e Ásia<sup>4</sup>, que tiveram profundas repercussões sobre as “minorias”, marginalizados e mulheres. Esses movimentos sociais reforçaram o aparecimento de uma “nova esquerda” (Immanuel Wallenstein<sup>5</sup>) com forte presença entre os estudantes, que constituíam uma força política importante.

A utilização do “anti-sistêmico” como critério de qualificação nos permite entender a dupla dimensão das lutas sociais<sup>6</sup>. De um lado, temos os elementos de continuidade entre as lutas e revoluções inspiradas em ideais libertários dos dois últimos séculos: elas são anti-sistêmicas, implicam no objetivo de superar a ordem político-social existente. Por outro, as rupturas

---

<sup>3</sup> JAMESON, Frederic. Periodizing the 60s. In: *60's, without apology*. S. Sayres et alii. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, 3a. ed., p. 178.

<sup>4</sup> JAMESON, Frederic. Idem, *ibidem*.

<sup>5</sup> WALLENSTEIN, Immanuel Que significa hoy ser um movimiento anti-sistêmico. In: *Observatório Social de America Latina*. Buenos Aires, CLACSO, Janeiro de 2003, p. 179-84.

<sup>6</sup> Immanuel Wallenstein introduziu a categoria “anti-sistêmico” para se referir tanto aos movimentos sociais clássicos do século XIX e meados do século XX quanto aos atuais movimentos anti-globalização.

experimentadas depois do esgotamento de certas experiências que se pretendiam revolucionárias e anti-capitalistas, como sucedeu tanto na luta pela libertação nacional que opuseram países colonizados contra seus colonizadores, especialmente na África e na Ásia, quanto no caso dos partidos e movimentos socialistas e comunistas. Ambos os movimentos diziam-se revolucionários e anti-capitalistas e constituíram partidos que foram por muito tempo perseguidos e, via de regra, colocaram na pauta a questão da tomada do poder, entendida como tomada do poder de estado. Não obstante leis e políticas que ampliaram o acesso à educação e à saúde, diminuindo também as desigualdades sociais, nenhuma das revoluções auto-intituladas socialistas ou comunistas superou o estágio em que, em nome da ditadura do proletariado, instaurou-se a ditadura do partido único.

Nosso foco de interesse reside, mais precisamente, naquilo que Wallenstein define como um “novo tipo de movimento social,” surgido nos anos 60/70: os movimentos da Nova Esquerda, incluindo feministas, verdes e “minorias” raciais/étnicas. Os enfrentamentos da Nova Esquerda dos anos 60 não se deram de maneira uniforme. Enquanto que nas capitais europeias estudantes e os movimentos feministas lutaram contra o sistema por meio de manifestações e pressões de massa, na maior parte dos países latino-americanos a radicalização estudantil terminou por transformar-se em luta armada contra as ditaduras militares que se instauraram nessas mesmas décadas. A importância da denominação “libertação” é evidente nas siglas adotadas nos anos 60, como o movimento de libertação das mulheres, a ação nacional libertadora, a palavra de ordem de libertação sexual, etc. Foram os anos em que uma propaganda de *jeans* dizia que “liberdade é uma calça azul desbotada”. O ativismo desses jovens radicais transformou-os em alvo privilegiado da repressão política. Nesses anos, ditaduras do mundo todo adotaram como uma de suas medidas iniciais invadir universidades, colocar na clandestinidade as centrais estudantis e prender professores e alunos. Isso quando não os massacrava, como aconteceu no México<sup>7</sup> e na Indonésia.

No quadro das revoluções de libertação nacional, uma experiência em particular foi decisiva na conformação do contexto político e intelectual dos anos 60: a revolução cubana de 1959, nossa contemporânea. Ao aderirem ao comunismo sem abrir mão do revolucionarismo, os cubanos deixaram os velhos partidos comunistas numa enrascada. Jameson comenta que desde o início a experiência cubana se apresentou como “um novo modelo revolucionário, radicalmente distinto das formas tradicionais de prática revolucionária”.<sup>8</sup> A teoria do “foco” associada a Guevara foi teorizada

---

<sup>7</sup> Em julho de 2004, o ex-presidente Luis Echeverría (1970-6) foi indiciado pela acusação de genocídio ao autorizar o assassinato de estudantes em protesto ocorrido em 10 de junho de 1971, na Cidade de México. (FSP, 24/07/2004, A11).

<sup>8</sup> JAMESON, F. Op.cit., p. 201.

por Régis Debray no livro *Revolução na Revolução*, que se transformou em literatura obrigatória da juventude revolucionária.

## **A geração política**

Em entrevista concedida em 1970, Hanna Arendt expressou sua admiração pelas revoltas estudantis de 1968 nos seguintes termos:

Abstraindo as diferenças nacionais, que naturalmente são muito grandes, e levando em conta somente que se trata de um movimento global – algo que nunca aconteceu nesta forma antes – e considerando (...) o que realmente diferencia esta geração em todos os países das gerações anteriores, (...) é sua determinação para agir, sua alegria em agir, e certeza de poder mudar as coisas pelos seus próprios esforços.

(...)

Esta geração descobriu o que o século dezoito chamou de “felicidade pública”, que significa que quando o homem toma parte na vida pública abre para si uma dimensão de experiência humana que de outra forma lhe ficaria impedida e que de certa maneira constitui parte da “felicidade” completa. (Arendt, 2006:174-175)

Vinte anos depois, Immanuel Wallerstein, no discurso de abertura do seminário “1968 as a Global Event” (Wallerstein 1989:165), afirmou que 1968 foi uma revolução no sistema mundial e uma revolução desse próprio sistema. Concordando com Arendt, o autor aponta a novidade do que acontecia naquele momento e, vai além, ao afirmar que 1968 foi um momento de ruptura histórica, que criou um “antes” e um “depois”. Após 1968, ficava difícil afirmar que o proletariado ainda era a única vanguarda revolucionária. Nesse sentido, os grupos “minoritários”, cujos interesses eram desconsiderados em nome da revolução proletária que aboliria todas as formas de opressão, decidiram não mais esperar pela “salvação” no futuro. Assim, “a importância real da revolução de 1968 deve-se menos à sua crítica ao passado do que às questões que levantou para o futuro”. (Id.:176).

Não obstante tudo o que têm em comum, as barricadas de Paris, o massacre dos estudantes no México, os levantes de Praga, as manifestações contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos a passeata dos 100 mil no Rio de Janeiro e o 1º de maio de protestos violentos em São Paulo ocorrem por motivos e em contextos diferentes. É inegável, por outro lado, que a novidade da “revolução de 68” foi a juventude dos protagonistas. É quando um grande contingente dos jovens entre 18 e 25 anos, nascidos no pós-guerra e no período da prosperidade capitalista dos anos 50, faz sua aparição pública. Este é, de fato, o denominador comum na saída às ruas, na forma de manifestações e na radicalidade política.

Na América do Sul, a partir de meados dos anos 60, com o golpe militar no Brasil, inicia-se um longo período de trevas que foi se propagando pelo Uruguai, Chile, Argentina, obrigando a milhares

de pessoas a se refugiarem em países europeus e no México, país de preferência para os exilados<sup>9</sup> que dominavam o espanhol. A experiência do desterro é sempre traumática, especialmente nos primeiros anos. Ela implica, na maior parte dos casos, numa perda de status social, muito semelhante ao sucedido com outros povos expulsos de seus locais de nascimento, ademais das perdas de referências familiares e da cultura nacional

## **O Brasil nos anos 60**

A geração dos 60 no Brasil crescera no pós-guerra e conhecera um dos mais longos períodos de governo democrático. Aquilo que chamávamos de modernização, na forma de industrialização e urbanização, significou a supremacia do Capital Industrial e das cidades sobre o capital agrário e o velho ruralismo. As classes médias expandiram-se e os valores da tradicional família católica eram colocados em questão. Nascidos no pós-guerra, os secundaristas e universitários que reagiram ao golpe militar desempenharam os papéis mais marcantes na resistência armada, que assumiu a forma de “guerrilha urbana” a partir de 1968.

Em nosso país, a juventude de esquerda também desempenhou um papel importante na crítica ao imobilismo dos partidos comunistas oficiais.<sup>10</sup> Nos anos 1960, a falta de liberdade política nos países socialistas e outras degenerescências já eram rechaçadas por muitos jovens, homens e mulheres que aderiram à luta armada, precisamente egressos dos partidos de esquerda oficiais. A vitória das teses guevaristas no seio dos partidos comunistas tradicionais partiu de um compromisso político entre militantes comunistas e trotskistas e o movimento estudantil, que foi se radicalizando no decorrer dos anos.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Não obstante as diferenças formais entre o estatuto de refugiados, exilados e fugitivos políticos, utilizarei essas denominações como sinônimas pois o que interessa é pontuar o fato de que por razões de perseguição política milhares de latino-americanos tiveram de abandonar seu país de origem, especialmente nas décadas de setenta e oitenta.

<sup>10</sup> No Brasil, as correntes políticas de direita e esquerda desenvolveram-se no interior da universidade pública brasileira, importante formadora da elite intelectual e profissional, que constituiu um monopólio quase completo do ensino universitário até os anos 70. Já a Universidade Católica detinha a hegemonia entre as privadas. A luta entre direita e esquerda sempre foi muito forte nas faculdades de Direito, que constituiu uma espécie de escola formadora dos políticos paulistas e brasileiros. A esquerda, por sua vez, dividia-se grosso modo entre católicos e comunistas, que se enfrentavam especialmente na luta pela hegemonia das grandes centrais universitárias: as Uniões Estaduais e a União Nacional dos Estudantes.

<sup>11</sup> A Ação Libertadora Nacional, que uniu os comunistas “históricos” Carlos Marighella e Joaquim Câmara Arruda com jovens universitários uspianos, é o melhor exemplo desse encontro entre militantes da “velha esquerda” e os egressos do movimento estudantil, além de muitos intelectuais e artistas.

Por outro lado, se observarmos a cronologia dos acontecimentos que levaram ao confronto armado, fica claro que a resistência política nos anos 1965 a 1968 deslocou-se principalmente para a esfera intelectual e artística. Em artigo que discute a introdução das obras de Lukács no Brasil, Celso Frederico argumenta que o fechamento da participação política institucional após o golpe de 64 tornou a esfera cultural um espaço de resistência à ditadura. Diz ele:

“A efervescência artística do pré-64, expressa no cinema novo, na bossa nova, nos Centros Populares de Cultura, desdobrou-se, após o golpe, num amplo movimento de resistência cultural contra os novos governantes, a censura e o chamado ‘terrorismo cultural’. A contestação inicial do regime foi feita basicamente pela *intelligentia* radicalizada, num momento dramático em que a classe operária encontrava-se desmobilizada e sofrendo uma repressão que os donos do poder não ousavam estender para as classes médias intelectualizadas. É este o contexto de onde surgirá um aguerrido movimento estudantil que, a partir de 1966, ocupou as ruas das principais cidades do país, desafiando a ditadura”.<sup>12</sup>

É a importância desse *ethos* revolucionário que parece importante ressaltar. Daniel Aarão Reis, um dos maiores especialistas brasileiros no tema, mostra os limites daqueles que analisam a participação dos jovens à luz da política *strictu sensu*, descuidado do ambiente cultural:

Para compreender a conjuntura político-cultural, seria preciso articulá-la com as trajetórias pessoais. Micro e macroestruturas condicionando um processo de elaboração ética coletiva e individual, combinada a uma prática política. Um programa revolucionário que emerge como manifestação de uma identidade construída para além da dimensão política”.<sup>13</sup>

## **Do movimento estudantil à luta armada**

A permanente perseguição aos militantes sindicais, às lideranças estudantis, aos intelectuais e aos ativistas da oposição em geral levou ao que se chamou de “refluxo do movimento de massa” nos anos seguintes ao golpe de 64. No entanto, em 1968, novas lideranças sindicais e a extrema politização do movimento estudantil tomaram as ruas, desafiando o regime. Marcelo Ridenti, ao analisar a esquerda armada nos meios intelectuais, comenta:

Foi notável a presença de estudantes nos grupos de esquerda em geral (24,5% dos 3.698 processados, com ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda), e particularmente naqueles que pegaram em armas

---

<sup>12</sup> FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na Universidade. In: Moraes, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Vol II: Os influxos teóricos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995, p.188.

<sup>13</sup> REIS, Daniel A. Um passeio por quatro interpretações diferentes da euforia revolucionária dos anos 60. In: *Teoria e Debate*, n. 32, jul/ago/set 1996.

(30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas típicas). Isso reflete a extraordinária mobilização estudantil, sobretudo nos anos entre 1966 e 1968”<sup>14</sup>.

Analisando a faixa etária dos acusados, o mesmo autor observa que cerca de 52% dos 2.645 tinham menos de 25 anos de idade quando processado, sendo que, em algumas organizações, a presença de jovens entre 19 e 21 anos era muito grande. Isso em contraposição à composição etária dos processados do Partido Comunista Brasileiro em 1964, na sua maior parte homens mais velhos, militares de carreira, políticos conhecidos e sindicalistas com longos anos de atuação. Mas a dimensão histórica da presença dos jovens e das mulheres entre as vítimas da ditadura militar só fica clara em vista do conjunto de circunstâncias que produziu o encontro dos ideais da nova esquerda europeia com a politização da juventude universitária brasileira.

Para a juventude que aspirava maior liberdade na vida pessoal, a ditadura foi um duro golpe. A agitação e a efervescência dos anos 1965/1969, com seus festivais de música e de cinema e os grandes encontros estudantis, foi substituída pelo medo da atuação impune do terrorismo de Estado contra os “subversivos”. A moral cristã era tão onipresente que, nas invasões realizadas pela polícia no CRUSP (residência estudantil da USP) as pílulas anticoncepcionais e as bombas molotov constituíam, com o mesmo status, prova incriminadora. Uma estudante em cuja bolsa fossem encontradas pílulas era considerada puta. Essa é uma dimensão de gênero que tem sido deixada de lado na produção acadêmica sobre o tema das revoltas estudantis contra a ditadura militar.

No Brasil dos anos 60 e 70, a presença das mulheres na luta armada representou uma profunda transgressão ao que era designado como próprio ao sexo feminino. Mesmo sem formular uma proposta feminista deliberada, as militantes “comportaram-se como homens”: pegaram em armas e assumiram um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, transformando-se, como apontou Garcia (1997), “em um instrumento em si de emancipação”. A transgressão de gênero teve, na repressão e na tortura, uma dimensão punitiva específica.

Os limites da vida burguesa e acanhada foram alvos de sua revolta, mas a partir da experiência universitária as restrições impostas pela ditadura militar tornaram-se seu alvo privilegiado. A mulher que extrapolou seu universo doméstico e feminino para “agir como homem” recebe uma estigmatização adicional por desafiar o “código de gênero de sua época”, tal como sucedeu com as

---

<sup>14</sup>RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1993. p. 115.

mulheres que participaram da resistência armada. Em *Tiradentes, um presídio da ditadura*, a ex-presa política Dulce Maia relata o seguinte:

Tendo sido a primeira mulher seqüestrada com envolvimento direto em ações de luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. O primeiro, aquele mesmo tratamento que dispensavam a meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e intolerância do regime ilegítimo dos militares. O, segundo, pela minha condição de mulher, atrevimento duplo.<sup>15</sup>

A partir dos dados coletados pelo *Projeto Brasil, Nunca Mais* comprova-se a juventude dos principais presos, principalmente das mulheres. Quase 90 das acusadas de São Paulo tinham entre 20-29 anos, muitas eram estudantes de graduação ou pós-graduação, muitas da USP. A radicalidade da experiência da luta armada deixou marcas profundas nos jovens de ambos os sexos. A mudança dos códigos instaurou uma nova ordem de relação entre homens e mulheres. Insisto na dimensão da juventude e no fato da grande maioria ser constituída por solteiros. Foi no exílio que muitos criaram família e onde se acirrou a contradição de gêneros. As queixas da ex-guerrilheiras não se diferenciavam muito do normal das mulheres, especialmente no tocante às tarefas domésticas e aos cuidados com os filhos. Por outro lado, ante o machismo reinante nas concepções dos partidos comunistas oficiais, a participação das mulheres na luta armada foi uma enorme ruptura com relação às lutas e movimentos sociais anteriores, nos quais predominavam os homens.

## **A experiência do exílio e os exilados latino-americanos**

Os deslocamentos populacionais, motivados pelas guerras, fome, catástrofes naturais ou opressão política, caracterizam nossa época. Os impactos dos deslocamentos de origem política sobre os exilados brasileiros dos anos 70 é um tema ainda pouco estudado. Inicialmente, é importante assinalar a juventude dos exilados, ex-militantes da luta armada, para os quais as possibilidades de transformação pela experiência do exílio foram maiores dos que para os mais velhos. Outra dimensão importante é o local do exílio, considerando 3 destinos fundamentais: Cuba, Chile e França, Para a grande maioria, não houve um destino único, seja porque Cuba era um momento de passagem (treinamento militar basicamente) e o Chile, que no período do governo Allende abrigou exilados de várias nacionalidades, fechou suas portas para a esquerda com o sangrento golpe militar de 11 de setembro de 1973. A partir de então, a França foi, para todos os exilados sul-americanos, o país de acolhimento. Cumpre também ressaltar que no caso brasileiro o exílio político não atingiu milhares de pessoas de todas as classes sociais, mas sim uma parcela menor em grande parte

---

<sup>15</sup> FREIRE, A. Almada, I. Ponce J.A.de G. (org.) São Paulo. Scipione Cultural, 1997, p.99.



pertencente à classe média intelectualizada. Neste sentido, pesquisadora mexicana Mônica Palma Mora observa que o México, até meados dos anos 70, acolheu como exilados principalmente “a funcionários de los gobiernos derrocados, académicos, escritores, artistas, periodistas, líderes sindicales y políticos, militantes de organizaciones de izquierda y familiares”.<sup>16</sup> Mas que a repressão e a violência desencadeada pelos “gobiernos militares en Argentina y Chile fue de tal magnitud que arrastró a muchas más personas a la emigración forzosa”<sup>17</sup> além dos membros do governo de Allende e dos militantes mais destacados da esquerda.

Evidentemente que a experiência do exílio foi extremamente diversificada mas, em muitos casos, permitiu o contato íntimo com outras realidades, quando não a aculturação de muitos exilados. Em *O homem desenraizado*, Tzvetan Todorov fala da capacidade humana de “aquisição progressiva de uma nova cultura, de que todos os seres humanos são capazes”.<sup>18</sup> Cada país em que os exilados se fixaram permitiu um tipo específico de aculturamento, isso é, de mudanças de valores, de perspectivas, etc.<sup>19</sup> Existem três experiências que considero as mais profundas: a experiência do “socialismo real” para todos aqueles que viveram em Cuba; a experiência do Estado de Bem Estar numa democracia capitalista, como a França e a Suécia; e a experiência da transição pacífica (e frustrada) para o socialismo daqueles que viveram no Chile.

Dado o fato de que o Brasil rompera relações com Cuba, a ida à ilha implicava num esquema clandestino utilizado preferencialmente pelos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), cujo dirigente mais conhecido, Carlos Marighella, aderira às teses castro-guevarista<sup>20</sup> e se consolidara como principal interlocutor político com os cubanos. Dessa maneira, a maior parte dos militantes brasileiros em Cuba lá estava para realizar treinamento militar - com a exceção dos familiares, que precisavam de um asilo seguro para educar seus filhos, como no caso de Maria Lamarca em 1969. Nessas condições, a estada em Cuba tinha um custo muito

---

<sup>16</sup> MORA, Mônica Palma. Destierro y Encuentro: aproximaciones al exilio latinoamericano en México, 1954-1980. *Amérique Latine Histoire et Mémoire*, n. 7, 2003, *Migrations Etats-Unis Mexique terre d'accueil*, p.8. Disponível em: <<http://alhim.revues.org/document363.html>.

Consultado em 18 de julho de 2006 e 29 de junho de 2009.

<sup>17</sup> Idem, ibidem.

<sup>18</sup> TODOROV, T. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 24.

<sup>19</sup> A historiadora Denise Rollemberg foi a primeira a realizar um estudo acadêmico e aprofundado sobre o exílio brasileiro dos anos 70, tema de seu doutorado (orientada por Angela de Castro Gomes, outra especialista no tema da ditadura militar). A tese foi publicada com o título *Exílio: entre raízes e radares*, em 1999 pela Ed. Objetiva. Trabalho pioneiro de leitura imprescindível.

<sup>20</sup> A adesão ocorreu no encontro da Organização Latino- Americana de Solidariedade (OLAS), em 1966.

alto para os retornado(a)s brasileiro(a)s que tinham feito treinamento militar. Denise Rollemberg, com uma certa dose de humor negro, refere-se a esse treinamento como “um vestibular para o cemitério”.<sup>21</sup>

## **CUBA**

Cuba era portanto o destino dos militantes da luta armada objetivando sua formação militar. O curso era dado para pequenos grupos e teve início logo após o encontro da *Organização Latino Americana de Solidariedade* -OLAS em 1966, origem da adesão do dirigente comunista Carlos Marighela às teses guevaristas. Com ele se origina um dos maiores “rachas” da história do Partido Comunista Brasileiro -PCB e a formação da maior organização da luta armada dos anos 68/73: a Ação Nacional Libertadora -ALN.

As poucas brasileiras que iam para Cuba até 1969 não recebiam treinamento militar, assim como outras latino-americanas. Essa era uma convenção de gênero do ideário revolucionário: as mulheres seriam enfermeiras ou elementos de apoio logístico. Com o assassinato de Carlos Marighela e as prisões e quedas que se sucederam, dezenas de brasileiros de ambos os sexos aportaram em Cuba. Dado que muitas das mulheres tinham participado nos Grupos Táticos de Ação (GTA) foi grande a pressão que fizeram sobre os responsáveis cubanos, conquistando o direito de fazerem o mesmo treinamento militar até então exclusivamente masculino.

Não obstante sua legislação igualitária com respeito a relação de gêneros, na prática cotidiana havia muito machismo e moralismo. Um homem considerado “corno” seria afastado de uma posição de destaque e os dirigentes militares se constrangiam ao ver cenas domésticas de guerrilheiros cuidando de bebês. Grande parte das brasileiras eram solteiras ou separadas. Dada a escassez de moradias, os casais de namorados encontravam dificuldades para transar. Havia um parque com uma região delimitada para encontros carnais e algumas poucas pensões que desempenhavam papel de motéis. Quando as brasileiras começaram a frequentá-las se deram conta que só os homens permaneciam nas filas (“colas”), enquanto suas companheiras ficavam escondidas por perto, só aparecendo no momento de entrar no quarto. As brasileiras inauguraram o costume de ficar com seus parceiros na fila, conversando calmamente enquanto esperavam. Mais uma convenção de gênero, de não pouca importância, contestada na prática.

Cuba constituiu um exílio duradouro para muitos familiares de militantes, como se deu no caso do capitão Carlos Lamarca. Mas, para aqueles que treinavam, a estada em Cuba não se prolongava

---

<sup>21</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 190.

além de dois anos. Assim, foi para o Chile, após a eleição do governo socialista de Salvador Allende, que centenas de brasileiros se deslocaram, a maior parte pensando em aí ficar até o retorno da democracia no Brasil.

## **CHILE**

Após o golpe de 1964, o exílio passou a ser uma realidade para muitos dos perseguidos pela ditadura militar. Lideranças políticas e sindicais asilaram-se, com alguma frequência, em países do Cone Sul. O Chile foi um dos países de acolhimento, por sua relativa tradição democrática e pela presença de uma série de organismos e instituições como a CEPAL e a FLACSO. A partir de 1969, também foi o refúgio de remanescentes de grupos armados e de pessoas cujas atividades estavam sob a mira da repressão político-militar, como jornalistas, estudantes e professores universitários. O fluxo em direção ao Chile cresceu com a eleição de Salvador Allende e a perspectiva de um governo popular num país tão próximo ao Brasil.

Chile foi o país em que os brasileiros conseguiram maior integração, quer seja do ponto de vista do trabalho como, principalmente, do ponto de vista da participação política. Ao mesmo tempo, foi uma comprovação na prática de que a solidariedade entre mulheres não ultrapassava a luta de classes. Foi muito forte a participação das mulheres chilenas de classe média e alta contra o governo Allende que promovera várias reformas para melhorar a situação das trabalhadoras domésticas, ampliar os direitos trabalhistas e aumentar o número de creches. Os padres nas igrejas pregavam contra o governo e as reacionárias (“las momias”) promoviam “panelaços” ao final do dia nos bairros nobres da cidade.

A queda de Allende resultou na morte de um projeto político generoso e o fim das esperanças dos outros latino-americanos que lá estavam. Poucos hinos retratam melhor as consequências mais imediatas do golpe de estado do que próprio hino nacional que diz que o Chile seria o asilo contra a opressão ou, então, a tumba dos livres.<sup>22</sup> Em poucos dias, os milhares de refugiados latino-americanos que, fugindo da opressão política em seus países de origem tinham encontrado refúgio no Chile, foram perseguidos e expulsos desse mesmo país que agora se tornara o túmulo da liberdade.

## **FRANÇA**

A partir de 1973, o golpe de estado no Chile, o acirramento da repressão política na Argentina e a permanência da ditadura militar brasileira, em plena prosperidade do “milagre brasileiro”, concentraram em Paris centenas de fugitivos. Além dos exilados, o clima de terror e a repressão

---

<sup>22</sup> O la tumba sera de los libres o el asilo contra la oppression.

política reinantes no Cone Sul estimulavam a saída de universitários para pós-graduações europeias. A França tornou-se o epicentro do asilo político, reforçando os laços entre a esquerda francesa e os militantes políticos. As exiladas entraram em contato estreito com o movimento de mulheres e feminista franceses, que nos anos 70 estavam no seu auge político.

A influência do feminismo francês na formação das brasileiras foi ponderável, especialmente com a constituição do *Circulo de Mulheres* composto por exiladas e estudantes brasileiras no exterior. O impacto dessa experiência foi especialmente forte entre as mulheres que, no encontro com o feminismo europeu, passaram a refletir sobre sua própria situação. A dimensão subjetiva foi finalmente reconhecida e entrou no rol das questões políticas. Em muitos sentidos, o exílio foi um “tempo em suspensão”. Em sua auto-representação, as brasileiras se viam como exiladas, e não como imigrantes, diferentemente dos milhares de cidadãos chilenos e argentinos que foram obrigados a viver no exterior sem perspectiva de volta.

O exílio também implicou em sofrimento, preconceitos, dificuldade em dominar o francês e em se manter financeiramente. Mas não deixou de ser – para muitas– uma experiência intensa e positiva. Levando em consideração os limites de opção sob a ditadura militar e o sofrimento daquelas que foram presas e cumpriram pena, o exílio francês pode ser lembrado com saudades.

Para mim, como para muitos outros que viveram em Paris nos anos 70/80, o sentido da palavra “republicano” ganhou um significado muito forte de educação, saúde e cultura para todos. Passamos a enxergar com outros olhos a experiência de uma bem sucedida medicina socializada, as crianças usufruíam excelentes escolas públicas. Com o crescimento eleitoral, a esquerda francesa estava no auge e a França tornou-se o grande centro irradiador do feminismo europeu.

O país vivia uma ebulição social e a liberalização do aborto era uma reivindicação nacional, encabeçada pelas feministas com o apoio dos partidos comunistas e socialistas. A esquerda mantinha uma atitude de solidariedade para com os exilados políticos: estudantes e exiladas foram acolhidas pelos movimentos de libertação da mulher e puderam participar do debate no interior das esquerdas. Dessa maneira, o feminismo brasileiro dos anos 70 desenvolveu-se no interior da esquerda militante. Foi em contato com o feminismo francês que as brasileiras encontraram o contexto ideal para elaborarem seu próprio feminismo.

Essa também é a perspectiva de Ana Maria Araújo, exilada uruguaia na França<sup>23</sup>, para quem o movimento de mulheres latino-americano, não obstante seus laços com o feminismo europeu e

---

<sup>23</sup> Doutora em Sociologia na Universidade de Paris I e docente da Universidade de Paris III publicou livros sobre as tupamaras.

norte-americano, “à medida que se consolidava como movimento social enraizado na realidade nacional e continental, adquiria – de forma muito mais profunda que a esquerda, sua própria especificidade latino-americana”.<sup>24</sup> Para Araújo, um dos mais importantes grupos de mulheres latino-americanas organizado no exterior foi o *Círculo de Mulheres Brasileiras* que defendia, ao mesmo tempo, um feminismo de esquerda (favorável ao aborto) e de “massa” ( ao propor políticas de combate as desigualdades sociais).

Na verdade, a primeira organização de brasileiras em Paris surgiu bem antes do *Círculo de Mulheres*: o grupo *Nosotras*, que também incluía latino-americanas, organizado em torno da brasileira Danda Prado e cujo nome inspirou, anos depois, o título *Nós Mulheres* dado ao primeiro jornal feminista publicado no Brasil. O *Nosotras* funcionava como grupo de discussão e de reflexão, um exercício que tinha algo de terapia de grupo e já era praticado nos círculos feministas europeus.

### **As experiências do *Debate* e do *Círculo de Mulheres***

Os brasileiros exilados na França organizaram-se em vários grupos políticos, que acompanhavam as tendências da esquerda brasileira: leninistas, maoístas, etc. No final dos anos 60 surgiu, em Paris, o grupo *Debate*, organizado em torno da liderança intelectual de João Quartim<sup>25</sup>. O *Debate*, que adquiriu um grande prestígio e permaneceu ativo até 1979, constituiu uma etapa importante para que as feministas brasileiras ligadas ao pensamento marxista percebessem a necessidade de uma militância direcionada para a questão da mulher.

O discurso da militância no exterior visava, inicialmente, o conjunto dos exilados. Disso não destoava a publicação do grupo *Debate*, que se posicionava a serviço da “reorganização dos comunistas” de forma geral. Uma parte considerável das militantes do grupo não tinha, aliás, qualquer vocação feminista. Os artigos sobre o tema da opressão recorriam à literatura dos clássicos marxistas e se apropriavam das análises da *New Left Review*. O empenho teórico do *Debate* gerou uma grande quantidade de textos que propunham uma análise marxista do trabalho feminino e da família, por exemplo, mas os textos sobre sexualidade eram descartados pelo grupo, que em sua maioria não considerava o tema importante nem passível de discussão.

Da mesma forma, o grupo de jovens que constituiu o núcleo inicial do trabalho com mulheres entre as exiladas brasileiras no Chile produziu, uma vez chegadas em Paris, após o golpe de 1973, um primeiro documento conjunto no qual reiteram a adesão à revolução socialista. No entanto o contexto

---

<sup>24</sup> P.90

<sup>25</sup> Professor de filosofia da USP fundador da VPR com a qual rompeu no final de 68 por discordar do “militarismo”

francês, se estimulava o espírito revolucionário, também comprovou, na prática, a importância da solidariedade feminista. Aos poucos, o grupo adquiriu uma feição muito peculiar, com as mulheres organizando-se para discutir temas e compartilhar experiências. Foi então que a “guerra dos sexos” teve início e o machismo passou a ser um tema importante. Na perspectiva das militantes atraídas pelo feminismo, fez-se necessária a criação de grupos de discussão específicos sobre a questão da mulher. Assim surgiu o *Coletivo de Mulheres no Exterior* ou *Ciclo de Mulheres Brasileiras*, cujas participantes haviam sido direta ou indiretamente ligadas à luta armada, eram muito jovens e não tinham filhos. Ao mesmo tempo, a liberdade oferecida pela cidade permitiu um estilo e vida que colocou as condições para o confronto de gênero. É importante frisar, mais uma vez, que as mudanças mais profundas proporcionadas pela experiência do exílio foram no campo do cotidiano. Foi no exterior que as militantes começaram a desertar dos grupos políticos, partindo em direção aos grupos feministas. Aos poucos, o *Círculo de Mulheres* transformou-se na mais dinâmica, atuante e influente dentre as organizações no exterior.

A adesão ao feminismo correspondeu, para muitas mulheres, à politização das relações de gênero. Assim, as feministas do grupo *Debate*, por exemplo, não abandonaram o campo da esquerda socialista e comunista, apesar do confronto com as posições dos Partidos Comunistas. O hoje extinto PCB reproduzia os preconceitos já apontados nas resoluções das Internacionais, era conservador do ponto de vista moral e continua a se dirigir a um modelo de mulher alienada ou pouco politizada, que devia ser levada para a causa socialista sem maiores contestações às relações de subordinação da mulher. A experiência francesa foi tão determinante, que mesmo militantes históricas como Zuleika d’Alambert, que no exílio chileno fazia uma defesa intransigente da linha do PC (o que significava privilegiar os termos econômicos em detrimento dos culturais e familiares), terminou por se converter ao feminismo após alguns anos em Paris.

## **A imprensa alternativa feminista**

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçaram a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida; os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde, entre outros. Assim, umas das principais características assumidas pela resistência popular foi a criação de novos tipos de organização. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram a prática política no país.

Ainda nos anos em que a repressão militar liquidava fisicamente muitos dos oponentes (em 1976, além das mortes ocorridas no quadro da Operação Condor, houve o assassinato de várias militantes do PCdo B no episódio que ficou conhecido como “a chacina da Lapa”, nome do bairro em que se encontrava o local da reunião, na cidade de São Paulo e o assassinato da estilista Zuzu Angel<sup>26</sup> no Rio de Janeiro) o movimento feminista aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas”, exercendo um papel ativo na campanha nacional pela anistia desde 1975. Durante esse ano que marca o início da Década da Mulher da Organização das Nações Unidas - as feministas conseguiram se organizar em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais, especialmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos.

A partir de 1974, as primeiras feministas do *Debate* retornaram ao Brasil e integraram o primeiro grupo feminista em território nacional, o *Nós Mulheres*. O grupo agregava cerca de 20 participantes, jovens em sua maioria e oriundas das classes médias. O primeiro editorial do jornal *Nós Mulheres*, escrito por duas ex-militantes do *Debate*, trata da dupla jornada de trabalho (em casa e fora dela) e propõe uma série de reivindicações, nas quais as políticas de Estado aparecem como solução. Reunindo-se semanalmente para discussões de texto sobre a questão da mulher, as feministas dos *Nós Mulheres* divulgavam suas ideias participando de grupos comunitários e atuando nos sindicatos. Muitas faziam estudos universitários e escreviam sobre temas conexos ao feminismo. Participavam de fóruns mais amplos, que reuniam diversos tipos de grupos de mulheres e, *last but not least*, davam festas animadas para coletar fundos. A cidade de São Paulo, sede do grupo, apesar de ser a mais rica e desenvolvida do país, preservava os velhos preconceitos de que a noite as mulheres não saem sós. As jovens do *Nós Mulheres* gostavam de *épater les bourgeois*, andando em grupos de 10 e frequentando danceterias, bares e restaurantes. Pode parecer estranho mas, em meados dos anos 70, esse era um comportamento transgressor.

Analisando a produção do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*, que reunia militantes de origem maoísta, notamos a permanência das teses marxistas, que tinham a economia e a política como

---

<sup>26</sup> . Nos anos 70, seu filho Stuart, ativista contra o regime militar, foi preso e morto nas dependências do DOI-CODI. A partir daí, Zuzu entraria em uma guerra contra o regime pela recuperação do corpo de seu filho, envolvendo até os Estados Unidos, país de seu ex-marido e pai de Stuart. Essa luta só terminou com o seu assassinato em 1976 por integrantes do regime militar, o assassinato foi forjado para parecer um acidente automobilístico no Rio de Janeiro, no túnel que leva hoje seu nome

eixos, segundo o duplo princípio : a) importância questão do sistema econômico, isto é, a centralidade da luta anticapitalista, na medida em que, numa sociedade do grau de desigualdade social como a brasileira, toda e qualquer reivindicação de melhoria de vida passa pela dimensão econômica e b) importância da atuação na esfera pública mas mantendo a autonomia do movimento de mulheres.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”, a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Como veremos adiante, a transformação do contexto político resultante destas novas militâncias – em que o feminismo marcou presença– ampliou o cenário do embate político e a relação dos movimentos sociais com o Estado. A visibilidade e a capacidade de mobilização do feminismo político nos anos 70 reordenou de alguma maneira o espaço político.

A imprensa de oposição à ditadura, conhecida também como imprensa nânica, por se tratar de publicações militantes que vivam da solidariedade de seus leitores, desempenhou um papel importante na reorganização da esquerda e na própria fundação do Partido dos Trabalhadores –PT. Nesse sentido, o jornal *Em Tempo* constitui o melhor exemplo.

O *Em Tempo* era uma frente de esquerda que reunia militantes de diferentes grupos de inspiração trotskista e grupos independentes. Em comum a todos eles, a perspectiva crítica em relação aos dois partidos comunistas mais tradicionais do Brasil: o Partido Comunista Brasileiro – PCB, e o Partido Comunista do Brasil – PC do B, de influência maoísta. O objetivo era construir uma frente legal chamada “Esquerda Revolucionária”. O primeiro número de *Em Tempo*, de fins de 1977, dava uma dimensão pública e legal para posições políticas definidas no interior das organizações ainda clandestinas, divulgando a luta pelas liberdades democráticas e a campanha pela anistia, apoiando o movimento estudantil.<sup>27</sup>

No mesmo texto em que desenvolve a tese da importância da imprensa alternativa na luta política contra a ditadura militar, Maria Paula de Nascimento Araújo destaca a presença ativa dos jornais feministas. Comenta que o jornal *Em Tempo* “pressionado pela imprensa feminista, de grande vigor na época” realizou a cobertura de encontros sindicais de mulheres em 1978 e em várias edições

---

<sup>27</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento, “A luta democrática contra o regime militar na década de 1970” in Reis, A.R., Ridenti, M. e Motta, R.P.S. (orgs) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois(1964-2004)* Bauru: EDUSC, 2004.,p.172



noticiou acontecimentos realizados ao movimento feminista. Por uma lógica cruel, o próprio potencial político do movimento de mulheres em São Paulo provocou uma nova fase de disputas políticas entre as feministas independentes e os grupos partidários.

Paulatinamente, o feminismo político dos anos 70 foi sendo substituído por uma nova geração de feministas que privilegiavam a questão da violência contra a mulher, dando origem ao SOS-Mulher. Esse deslocamento, entre outras consequências, instituiu o lugar da “vítimas indefesas da violência masculina.”, deixando de considerar, por exemplo, a violência doméstica em que a agressora é uma mulher. Não se trata de negar a violência de gênero mas de analisar as consequências subjetivas e políticas da passagem das mulheres sujeitos de sua história para as mulheres vítimas. A disseminação política do vitimismo veio acompanhada da demanda por políticas de reparação. As divergências teóricas entre as feministas socialistas versus as feministas “essencialistas” relacionavam-se à ênfase na dimensão cultural ou na dimensão biológica do “ser mulher”. Mas, não obstante tais discordâncias, as feministas dos anos 70 exigiam maior participação na esfera política, mudança na legislação sobre família, igualdade de salários, liberalização do aborto, além da punição contra a violência de gênero. Lutavam contra diferentes tipos de opressão mas não se sentiam vítimas indefesas.

### **A institucionalização progressiva: ONGs, Conselhos, etc.**

Há que ressaltar ainda a atividade de financiadoras estrangeiras, especialmente a norte-americana Ford Foundation. A experiência institucional realizada através da Fundação Ford serviu de paradigma para a institucionalização de grupos e militantes feministas, começando pela nova nomenclatura, quando os grupos foram rebatizados de “organizações não-governamentais”, as ONGs.. Assim, a constituição das ONGs foi o primeiro passo da institucionalização de uma série de grupos e propostas de trabalho e a fixação de uma agenda comum que, no começo, era ditada pelo movimento de mulheres e, paulatinamente, passou a ser trazida de fora, através da influência das organizações internacionais e das financiadoras.

Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e foi criado o primeiro Conselho da Condição Feminina, inspirado no similar francês. Esse é o ponto de inflexão. A partir de então abriu-se um campo de atuação dentro do aparelho de Estado. Delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento às vítimas de violência e programas de saúde das mulheres foram sendo criadas em várias cidades do Brasil. Ao mesmo tempo, os conselhos da condição feminina foram perdendo sua autonomia e se transformando em órgão diretamente subordinados às políticas do governador em exercício o que, via de regra, significou sua

despolitização e perda de eficácia. A relativa despolitização do movimento correspondeu ao seu enquadramento dentro de regras jurídicas e do “mercado financiador” monopolizado pelas Fundações Ford, Rockefeller e MacArthur frente a uma oferta cada vez maior de serviços para a mulher, transformando parcela das feministas em profissionais competentes de políticas sociais.

A vitória de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil de 1995-2002) e a criação da *Comunidade Solidária* possibilitaram o surgimento de novos postos de trabalho e novas teias de interesse entre governos e os conselhos de mulheres, quer seja em âmbito federal, estadual ou municipal. Uma mesma trajetória – dos pequenos grupos heroicos do feminismo dos anos 70; sua conversão em ONGs e a luta pelo poder dentro aparelhos de Estado – pode ser observada em vários países latino-americanos à medida em os movimentos sociais conquistam maior espaço e conhecem as contraditórias consequências de “ser governo”. Análise muito semelhante foi realizada, alguns anos antes, por Anette Goldberg (1989), que assinala a opção “participacionista-liberal” segundo a qual parte da esquerda, “que se havia formado em torno da ideia de “revolução” e de “socialismo”, foi sendo paulatinamente reconduzida e redirecionada.

### **Impasses atuais**

A condição da mulher transformou-se profundamente na maior parte dos países do mundo ocidental. As mulheres vivem cada vez mais, com menor número de filhos, com maior leque de possibilidades e opções sexo-afetivo. No Brasil contemporâneo, aumenta o número de pessoas vivendo só; as famílias consideradas “normais” (pai, mãe e filhos) constituem apenas metade dos arranjos familiares; cerca de 30% das famílias são uni parentais; as famílias homossexuais e as crianças nascidas de inseminação artificial fazem parte da “desordem da família”.<sup>28</sup>

O fato de que as lutas políticas assumam, hoje, também a forma de lutas religiosas tem como pressuposto a inexistência de sistemas morais alternativos aos religiosos. O recrudescimento do islamismo é acompanhado pela expansão de seitas religiosas que, não obstante concorrem com a igreja católicas, permanecem na mesma ideologia da “vontade divina- A instituição religiosa continua sendo a matriz da moralidade pública. Nesse contexto, não há que se estranhar o interdito da legalização do aborto em toda a América Latina, com exceção de Cuba.. Um exemplo melancólico de submissão aos ditames da igreja católica é o do ex-líder sandinista, Daniel Ortega, ao ser eleito presidente da Nicarágua, declarando-se cristão e contra o aborto. Comprova-se mais uma vez os limites dos projetos ditos revolucionários mas atados ao moralismo cristão, e os limites

---

<sup>28</sup> ROUDINESCO, E. *A família. Em desordem*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores, 2003.

que o machismo e o tradicionalismo impõem aos movimentos de libertação nacional na América Central.

Na Itália, nos anos setenta, a esquerda uniu-se, apoiou as feministas, enfrentou o papa e venceu. Divorcio e aborto foram legalizados. No Brasil, foi um ditador protestante quem impôs o divorcio em 1978! Permanecem as restrições legais ao aborto mas, por outro lado, temos uma prospera indústria de aborto pago, policiais corruptos que fecham os olhos. O próprio Movimento dos Sem Terra –MST, o primeiro movimento que tenta modificar as relações de gênero na prática – com comissões mistas em todos os níveis, também esbarra nos limites das agremiações em que o catolicismo é a ideologia dominante. E aqui temos o círculo vicioso: as igrejas são as fontes de moral face ao abandono do Estado e as igrejas são contra o aborto, que as mulheres pobres fazem em piores condições e depois buscam o perdão do padre. Nesse sentido, há que se perguntar o porquê do fiasco latino americano em enfrentar o poder da Igreja e ressaltar a importância das virtudes republicanas, do sentido da coisa pública.

### **Sujeito do desejo ou vítima do destino?**

Diferentemente de outras revoluções, a de 1968 tinha como objetivo mudar o mundo e não tomar o poder, no sentido de apropriar-se do poder de estado. Num certo sentido, fomos a geração do contra-poder. Contra o poder da Igreja, do Estado, da Família, do Homem Branco, etc. Retornando ao elogio de Arendt aos jovens de 1968 por sua “determinação para agir, alegria em agir e certeza de poder mudar as coisas pelos seus próprios esforços”, vemos como essas características desaparecem quando o “sujeito” da reivindicação torna-se o sujeito dependente da caridade e de políticas compensatórias.. De fato, do ponto de vista subjetivo, a característica mais forte do movimento de 68 foi a afirmação de desejo de toda uma geração. Foram sujeitos de seus desejos e sofreram as consequências de seus atos e dos riscos que deles decorriam. Não o fizeram por um impulso suicida mas pela afirmação de que se opunham moral e eticamente um regime que instaurou o terrorismo de Estado. Como bem observa a psicanalista Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes:

No Brasil dos anos 60, o militante é alguém que se consolidou como sujeito de seu desejo, isto é, alguém que decidiu apostar no que achou que valia a pena. Não sabia, contudo qual era a pena nem supôs o quanto valia sua aposta. Juntou suas energias, na alvorada da vida adulta, e, instigado pelos ideais de liberdade, de autonomia política e de independência nacional, aliados aos ideais internos de compromisso com o novo e com o pleno, se pôs ombro a ombro com os que, como ele, faziam o mesmo. (...)

Foi assim que, pela vida psíquica, as necessidades do novo, do revolucionário, do radical e do risco permanente encontraram fértil acolhida no militante que apostou na vida a serviço de uma ideia, a serviço de um projeto que não fosse individual e que servisse a muitos e a seu país.<sup>29</sup>

Enquanto sujeitos lutamos pelos nossos projetos e aceitamos as consequências de nossos atos. Em contraposição a esta posição de sujeito desejante, a política do vitimismo, hoje predominante no contexto das políticas compensatórias., estimula a figura da vítima, da passividade. Mas, sendo muito otimista, quem sabe não estamos entrando num novo ponto de inflexão de nossa história de brasileiras e de latino-americanas? O Chile teve sua primeira presidenta que saiu do governo com 80% de aprovação; tudo indica que Cristina Kircher será reeleita presidente na Argentina e o Brasil elegeu a ex-guerrilheira Dilma Roussef como presidente da república. Elas representam a geração política 68.

Não custa recordar que um dos mais fortes slogans de 68 proclamava: “este é só o começo: continuemos o combate!”<sup>30</sup>. A filósofa Judith Revel, em entrevista realizada por ocasião do 40º aniversário de maio 68, concluiu que se existe um combate a continuar ele poderia ser formulado da seguinte maneira<sup>31</sup>: como fazer valer, hoje, uma libertação da injustiça, da desigualdade e do sofrimento social que seja simultaneamente uma afirmação da liberdade, uma experimentação, uma descontinuidade?<sup>32</sup>

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Alzira Alves de. *Intelectuais e Guerreiros*. Editora UFRJ, 1992.

ALMADA, Izaías, FREIRE, Alípio & PONCE, J.A. de Granville (organizadores). *Tiradentes, um Presídio da Ditadura*. Editora Scipione Cultural, 1997.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAUMAN, Z. *Modernidade e Holocausto*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher na ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1997. 157p.

---

<sup>29</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *A subversão do eu*. Disponível em : “<http://www.wstadosgerais.org/historia/subversao.a.html>”.

<sup>30</sup> Ce n’est qu’un début, continuons le combat”)

<sup>31</sup> : S’il y a un combat à continuer, on peut le formuler ainsi: comment, aujourd’hui, faire valoir une libération de l’injustice, de l’exploitation, de l’inégalité et de la souffrance sociale qui soit simultanément une affirmation de liberté, une expérimentation, une discontinuité ? Entrevista realizada por Erica Aechismann e publicada no Cahier Spécial Libération, 24/05/2008.

CARUTH, C. *Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória)*. In Arthur Nestrovski; Márcio Seligman-Silva (Orgs.) *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000. 2000, p. 111-136.

FERREIRA, Elizabeth F.Xavier. *Mulheres–militância e memória*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREDERICO, Celso. A presença de Lúkács na política cultural do PCB e na Universidade. MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Vol.II. Os influxos teóricos. Campinas:Editora da Unicamp, 1995,p.188.

FREIRE, A. Almada, I. Ponce J.A.de G. (org.) *Tiradentes,um presídio da ditadura*.Memória de presos políticos. São Paulo. Scipione Cultural, 1997, p.99

FLACKS Richard e WHALEN, Jack *Beyond the barricades The sixties generation grows up*. (1989). Temple University Press, Philadelphia, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu* (8/9) Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 1997.

SELGIMANN-Silva (Orgs.). *Catástrofe e Representação*. São Paulo: Escuta, 2000.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu* (8/9) Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, 1997.

GUELAR, Diana, JARACH Vera, RUIZ Beatriz, *Los chicos delexilio*. Argentina (1975-1984), Buenos Aires, Ediciones El país de no me olvides, 2002.GRINBERG, León y Rebeca Grinberg, *Psicoanálisis de la migración y el exilio*, Alianza Editorial, Madrid,

PATARRA, Judith. *Iara*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1992.

MITCHELL, Juliet. *Woman's estate*. Londres, Penguin Books,1971.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência Feminista dos Anos Setenta* . Textos nº 5<sub>2</sub>. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/ Araraquara, 1990.

\_\_\_\_\_. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo. Editora Nobel/Conselho da Condição Feminina, 1985.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo:Editora UNESP/FAPESP, 1993.

RICHARD, Nelly.*Resíduos y metáforas: ensayos de crítica cultural sobre el Chile de la transición*.Santiago de Chile: Editorail Cuarto Propio, 1998SERRANO MIGALLÓN, Fernando. (1998), *El asilo político en México*. México, Editorial Porrúa, 1998.TODOROV, TZVETAN. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 1999.VAZQUEZ, A.; ARAUJO, A.M. *Maldición de Ulises. Repercusiones psicológicas del exilio*, Santiago de Chile: Editorial Sudamericana, 1990VIÑAR, M. y VIÑAR, M. *Fracturas de memoria. Crónicas para una memoria por venir*, Montevideo: Editorial Trilce, 1993

